

AS REPRESENTAÇÕES DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA SOBRE OS PARQUES INFANTIS DA CIDADE

Maria Isabel Ramosda Silva Abelson

Pesquisador do GRUPEGI-UFF

Consultora UNICEF

1- INTRODUÇÃO

O ponto de partida da pesquisa é identificar as representações que as crianças com deficiência constroem sobre os parques infantis existentes nas praças e escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro e se estes são espaços de acolhimento e de brincadeira, fatores importantes no desenvolvimento psíquico da criança.

Para Vigotski (1933), a brincadeira deve ser sempre entendida como uma relação imaginária e ilusória de desejos irrealizáveis. A realização destes desejos não se trata de algo pontual e específico. Na criança não há fenômenos isolados, mas “tendências afetivas generalizadas externas ao objeto” (VIGOTSKI, 1933, p. 26). Ou seja, a criança brinca sem ter consciência dos motivos que a fazem brincar, mas ao mesmo tempo é marcada pela situação concreta que circunda a brincadeira, como regras e valores partilhados pelo grupo de pares. Não sabe ela que esta atividade tem um papel preponderante no seu crescimento, norteando suas vivências com o meio. O meio para Vigotski refere-se tanto ao meio ambiente como ao ambiente psíquico, cultural e mental no qual o homem se insere.

Sabemos que as brincadeiras são algo fundamental no crescimento das crianças. É através da brincadeira que elas aprendem a compartilhar, dividir e descobrir a presença de outras crianças. De acordo com Gaden (2000), citado por Yantzi; Young e Mckeever; (2010, p.66),

Ambientes de aprendizagem são muitas vezes os espaços através dos quais as crianças se tornam conscientes e começam a produzir identidades sociais que circulam através de amplo espaço social. Parques infantis representam um importante

espaço onde as crianças são capazes de se reunir em grupos, muitas vezes sem supervisão de adultos direta.

O Rio de Janeiro é o segundo principal centro urbano do país, e a Região Sudeste é o primeiro em população infantil, com 14,7 milhões de crianças de 0 a 11 anos (IBGE, 2010). Os dados do Censo de 2000 (IBGE, 2000) mostram que 4,3% das crianças no território brasileiro tem alguma deficiência, com predominância da deficiência visual, seguida pelas deficiências motora, auditiva, mental e física.

O Rio de Janeiro é um grande centroque, como outras grandes cidades, passa por constantes processos de mudança em seu espaço urbano. Existem inúmeras praças e escolas públicas com parques infantis: novos, velhos, e abandonados. Todo este cenário contrapõe-se a um contingente expressivo de crianças que não conseguem brincar, pois os parques foram construídos e planejados para crianças não deficientes, “onde as diferenças entre crianças sem deficiência e pessoas com deficiência são jogadas fora” (YANTZI; YOUNG; MCKEEVER; 2010, p. 67).

No Brasil não há uma legislação que defina normas e especificações para a construção de parques infantis, em espaços públicos ou privados. No ano de 2011, tramitou na Câmara Federal o projeto de lei 138/11, do deputado Weliton Prado, que propõe transformar em lei um conjunto de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre segurança de brinquedos em parques infantis. A proposta é fiscalizar os parques das escolas públicas e privadas. “A norma da ABNT (NBR 14350) estabelece, entre outras exigências, que os brinquedos não podem apresentar trincas, deformações ou danos permanentes e que nenhuma conexão pode estar frouxa.” (www.correiodobrasil.com.br). Percebe-se que a preocupação é somente com a segurança e não com a acessibilidade.

A intenção deste estudo nasceu da percepção advinda de vivências e leituras sobre o processo de inclusão de crianças com deficiência em escolas públicas. A preocupação em incluir sempre estava voltada para a relação professor - aluno (LIMA, 2004; COHEN, 2006; KUPFER, 2009), aluno - escola (ALVES, 2008; SERAFIM, 2009) e para a adaptação de conteúdos (SANTOS, 2008). Quando se fala em recreio, os parques infantis pouco são citados, como espaços de infância, inclusão e brincadeira.

Os parques infantis representam uma paisagem de infância. Para Jader Lopes (2009a), “paisagens de infância seriam, assim, as formas visíveis e materiais do espaço, produzidas temporalmente pelos diferentes agentes sociais para a(s) possível(is) infância(s) presentes nas diversas instâncias da sociedade”. (p. 113).

OS espaços dos parques, espaços de criança, são também espaços geográfico e não podem ser compreendido fora das interações sociais. Ainda nas palavras de Jader Lopes (2009b, p. 128):

O espaço das crianças é, portanto, um espaço geográfico, e pensar suas ações sobre este deve ser percebido nessas condições. A experiência sensório-motora, a percepção ambiental não pode ser compreendida apenas como um conjunto de maturações e ações. Mas sim em planos culturalmente construídos, em que o processo de mediação esta sempre presente. (...) a nossa relação com o espaço é, portanto, baseada numa mediação simbólica.

Compreender o crescimento das crianças através dos planos genéticos do desenvolvimento humano e não mais no modelo de psicologia tradicional, que entende o sujeito como um agente passivo, em que o conflito é indicador de desequilíbrio, é abandonar uma forma de pensar o humano como inato, imutável, para imaginar que a existência é uma construção cultural e histórica.

Esse modelo tradicional de conceber o homem apoiado em explicações de causa e efeito, a-histórico, numa abordagem positivista que visa controlar, manipular e prever o futuro, não mais responde satisfatoriamente às demandas contemporâneas. Uma nova perspectiva de compreender o desenvolvimento da infância surge com a Teoria da Atividade Sócio- Histórico- Cultural, de Vigotski, Leontiev e colaboradores, Na qual a mediação, através dos símbolos e das palavras, entre as crianças e no entre as brincadeiras, é vista constantemente como marcada pela construção e pela mudança. O ato de brincar ou inventar brincadeiras, embora seja esperado no mundo da infância, torna-se singular no encontro de diferentes crianças. Constantemente a figura do adulto que acompanha as crianças aos parques interrompe o faz-de-conta com o intuito de proteger a criança das diferenças que surgem no entorno: diferenças sociais, de cor e das

deficiências. A atividade livre da brincadeira passa a ser monitorada a distância, o que interfere na cumplicidade, nas trocas e no faz-de-conta das crianças.

Um levantamento inicial revelou que algumas escolas públicas na cidade do Rio de Janeiro não possuem parques infantis, embora tenham alunos com diferentes deficiências. As primeiras observações nos parques infantis localizados nas praças públicas revelam que a circulação de crianças com deficiência é pequena se comparada com crianças não deficientes. Para esses sujeitos marcados pela deficiência há barreiras quase intransponíveis quando resolvem se aproximar do espaço físico dos brinquedos, nos parques. O resultado é um mal-estar, dos adultos, frente à impossibilidade da criança com deficiência. Mas qual a leitura que as crianças com deficiência fazem disso? O que elas tem a dizer sobre estes parques construídas pelos adultos? O que representa um parque infantil para elas? Na compreensão de Tânia Vasconcelos e Jader Lopes (2006, p. 111):

As crianças, ao compartilharem essa realidade com as demais, irão estabelecer uma relação horizontal de identidade entre elas e criar uma relação vertical de identidade com os adultos, constituindo concepções reais que possibilitem a vivência da sua infância não como se quer, mas como se pode dentro da lógica de organização social do grupo.

A proposta do estudo é localizar, a partir das representações das crianças, que caminhos estes pequenos sujeitos constroem para garantir, na realidade ou na fantasia, sua condição de ser criança. Seria para eles os parques infantis uma paisagem de infância?

2. JUSTIFICATIVA

O conceito de infância como hoje o conhecemos surgiu dos estudos de Phillip Áries (1978), em sua obra “História Social da Infância e da Família”, onde apresenta a tese de que o sentimento de uma infância longa era graças ao sucesso das instituições escolares e às práticas de educação. Para Tânia Vasconcelos (2008), o trabalho de Ariès apresentou o modo de produção de existência da infância burguesa. No entanto, para além da infância burguesa existiam ainda muitos espaços infantis (p. 94).

A partir de Ariès, várias pesquisas foram desenvolvidas sobre a infância e as crianças. As reflexões mais contemporâneas e que apresentam pressupostos para os novos estudos sociais da infância são de Sarmiento (2008), James (2008), Lopes (2006, 2009a, 2009b) e Borba (2005).

Para Adrian James, a hegemonia da Psicologia do Desenvolvimento e da Sociologia perde força e áreas como a Sociologia da Infância, Geografia da Infância, dentre outras áreas das ciências humanas passaram a incluir uma abordagem mais interdisciplinar, modificando a compreensão sobre a infância e o cotidiano infantil (JAMES, 2009, p. 47). Entende-se uma abordagem interdisciplinar como uma tentativa de discutir diferentes opiniões, posições, tendências e orientações sem necessariamente ter um produto final, mas um produto de discussão, que diz respeito, aqui, à questão da infância.

Portanto, podemos afirmar que há uma mudança de paradigma sobre a infância, as crianças e seus direitos. O paradigma do desenvolvimento infantil que dominou até o final do século XX, nomeado por Rizzini (2003) como uma visão tradicional sobre a infância, postulava que a infância era um fenômeno universal e fruto do desenvolvimento biológico, ocupando Piaget uma posição de destaque neste contexto. Na atualidade, esse pensamento é questionado e no seu lugar um novo diálogo surge, colocando a infância como algo comum a todas as crianças, mas ao mesmo tempo diversa, porque o contexto social tende a desigualizar e estratificar as diferentes categorias a que as crianças pertencem: classe social, cultura, gênero e localização geográfica da residência. (SARMENTO, 2009, p. 18).

A existência de um novo entendimento sobre o desenvolvimento das crianças, partindo de um referencial teórico apoiado em Lev Semionovitch Vigotski e seus colaboradores, pode contribuir para o entendimento do que vem a ser essa pluralidade da produção da infância, compreendendo o espaço como um artefato construído culturalmente (LOPES, 2010, p. 213)

Para Vera Vasconcelos (2006), no entender de Vigotski o desenvolvimento é compreendido como um movimento, um processo dinâmico em que a criança e todos os que convivem com ela, seus outros sociais, estão em constante processo de mútua

transformação (p. 68). Esta transformação tem a força de uma catástrofe, algo brusco, revolucionário, que provoca rupturas na personalidade da criança.

A exclusão das crianças com deficiência nos parques infantis da cidade não é intencional. Ela decorre do fato de que a maioria dos brinquedos ou equipamentos são desenvolvidos para oferecer segurança às crianças não deficientes. É preciso observar que os parques são concebidos e organizados como espaços funcionais e não como espaços de infância. Para Yantzi e colaboradores (2010) é preciso interrogar “os pressupostos de inclusão e exclusão que estão implícitos no projeto de lugares e espaços (p.66). A dificuldade e a impossibilidade em circular nestes espaços provocariam que tipos de sentimentos e sensações nas crianças com deficiência? Inventariam elas novas formas de brincadeira no entorno dos parques infantis?

Trata-se de um estudo que visa contribuir com os estudos sociais sobre a infância no campo da Educação Inclusiva e da Geografia da Infância. Destaca-se que a sua relevância está também no aprimoramento de uma escuta dos relatos infantis, entendendo que a fala tem uma função social. Zoia Prestes (2010) em sua Tese de Doutorado nos esclarece que para Vigotski a criança aprende a transformar a sua fala interna em um instrumento do seu próprio pensamento, gradualmente, “o domínio da fala leva a reestruturação de toda a estrutura da consciência” (p.182).

O objetivo é investigar as representações que as crianças com deficiência constroem sobre os parques infantis públicos na cidade do Rio de Janeiro. Identificar a existência de parques infantis em praças e escolas municipais na cidade do Rio de Janeiro e a acessibilidade das crianças com deficiência nestes espaços e no seu entorno; Refletir a partir dos relatos e narrativas das crianças sobre suas representações acerca dos parques infantis, inseridos em praças e escolas públicas; Discutir o processo de inclusão e exclusão a partir das representações das crianças; e Contribuir para a discussão, no campo da Educação Inclusiva, da Geografia, do Direito e dos Estudos sobre a Infância, da acessibilidade das crianças com deficiência física nos parques infantis em praças e escolas públicas na cidade do Rio de Janeiro.

4. METODOLOGIA

A escolha da metodologia segue o exemplo de outras pesquisas, que se fundamentam nos princípios da Teoria Sócio-Histórico-Cultural utilizando a narrativa das crianças (LOPES e MELLO, 2009b; BORBA, 2005). Para Vigotski, a fala está relacionada a principal neoformação da primeira infância e graças a ela a criança muda a sua relação com o ambiente social do qual é parte integrante (ZOIA PRESTES, 2010, p.182). O que se busca é compreender, através da fala dos sujeitos da pesquisa, a lógica infantil da criança com deficiência, a respeito de suas representações sobre os parques infantis.

Através das conversas informais e entrevistas semi-estruturadas venho buscando compreender e levantar o universo de significados relacionados ao fenômeno estudado, considerando-se, para tanto, o contexto histórico-cultural dos participantes do estudo. Para tal utilizaremos como método de investigação da pesquisa a etnografia, uma vez que nos permite aprender pelas observações e entrevistas as representações das crianças sobre os parques infantis.

O estudo vem sendo realizado com crianças deficientes, residentes na cidade do Rio de Janeiro. Serão escolhidos parques infantis, localizados em praças e escolas públicas situados na Zona Sul, Norte e Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Crianças em idade escolar que aceitarem participar da pesquisa. Será solicitada autorização dos responsáveis. Ao final da entrevista serão informados do objetivo do estudo, de sua participação voluntária e da assinatura do Termo de Consentimento. As entrevistas ocorrerão nos parques, nas escolas e no seu entorno.

Utilizaremos o método da observação e da entrevista do tipo semi-estruturada que será realizada após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), gravada em áudio, e, posteriormente, transcrita para garantir a fidedignidade dos dados.

5. REVISÃO DA LITERATURA

Pesquisas acadêmicas acerca da acessibilidade aos parques infantis são escassas. No ano de 2010, em Toronto - Canadá, uma pesquisa intitulada “The Suitability of School Playgrounds for Physically Disabled Children” buscou examinar a adequação de uma pequena amostra de *playgrounds* em quatro escolas públicas para crianças com

deficiência física. O objetivo da pesquisa era examinar a concepção e organização do espaço físico dos playgrounds, situados nas escolas, e sua adequação para crianças com deficiência física. No estudo não há referência da participação, opinião ou impressão das crianças com deficiência física sobre os *playgrounds*.

A participação ativa de crianças em pesquisas, como sujeitos de história é algo inovador em pesquisas acadêmicas. Busca dar vez às crianças, penetrando em seus mundos sociais e culturais e revelando seus modos próprios de sentir, pensar e agir sobre o mundo, até então silenciados pelos estudos predominantemente centrados em uma concepção única e universal da criança (BORBA, 2008, p. 78).

No âmbito da Educação, as pesquisas existentes buscam compreender e responder às questões que ocorrem dentro do contexto da sala de aula, na educação Infantil (BARBOSA e HORN, 2001; KENSKI, 2001); a relação professor e aluno no ensino fundamental e suas representações sociais (RANGEL, 1999; SILVA, 2000; SILVA 2004); e a infância e sua construção do conceito de espaço (VASCONCELOS e LOPES, 2006). Alguns pesquisadores estudam sobre a escola e seu entorno, comentando sobre as atividades do recreio (DELALANDE, 2009), das brincadeiras e o brincar, contudo não fazem referência aos parques infantis, como se estes não fizessem parte da escola.

Julie Delalande (2009, P. 34), esclarece que o recreio pode se tornar uma microssociedade, e até uma cidade se entendermos cidade um espaço partilhado de legitimidade para agir e produzir a si mesmo como sujeito social

Neste sentido, a experiência social das crianças no pátio de recreio constitui uma aprendizagem preciosa que colabora, tanto para suas interações com os adultos e outras contribuições complementares para construí-las como atores de nossa sociedade.(...) Elas aprendem a saber como interagir com o outro: a respeitar o outro, a ter tato, a ousar e se comunicar, a dividir, etc. Constata-se assim que, quando as crianças reconhecem uma contribuição específica da parte de seus colegas, essa contribuição cobre inúmeras dimensões da identidade pessoal: cognitiva, afetiva, estética, sexual e social.

Neste sentido, os colegas contribuem amplamente para a construção da personalidade, eles se identificam mutuamente, se observam, imitam uns aos outros.

A pesquisa pergunta como se dá construção da representação das crianças com deficiência, que não compartilham plenamente do território, do espaço destinado aos parques infantis dentro das escolas públicas. De acordo com Dominique Colinvaux(2009) é preciso se debruçar sobre “uma contradição que surge da distância entre nossa forma de compreender as crianças e nossas ações junto as crianças” (p. 45).

Todas as histórias que conhecemos de exclusão são de adultos. Ainda é pouco comum perguntar diretamente às crianças o que elas pensam sobre isso. O presente projeto de pesquisa tem essa intenção, de simplesmente conversar com as crianças com deficiência sobre uma paisagem de infância específica: os parques infantis. A partir do que elas revelarem, poderemos afirmar ou refutar o conceito de inclusão e exclusão, tão presentes no discurso dos adultos e da educação.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cristina N. *O coordenador pedagógico como agente para a inclusão*. In: SANTOS, Mônica P; PAULINO, Marcos M (Orgs). *Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2008. p.83-106.

ALVES, Vânia. Proposta transforma em lei norma da ABNT para parques infantis. Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/proposta-transforma-em-lei-norma-da-abnt-para-parques-infantis/269625/>> Acesso em 15 de agosto de 2011.

ARIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira HORN, Maria da Graça Souza. *Organização do espaço e do tempo na escola infantil*. In CRAIDY, C. (Org). Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 67-79.

BORBA, Ângela Meyer. *As culturas da infância no contexto da educação infantil*. In: VASCONCELOS, Tânia (Org). Reflexões sobre Infância e Cultura. Niterói: Eduff, 2008. p. 73-91.

_____. *Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar: um estudo com crianças de 4-6 anos em instituição pública de educação infantil*. 2005. Tese de Doutorado em Educação - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2005.

COHEN, Ruth H. P. *A lógica do fracasso escolar*. Rio de Janeiro: Contra capa, 2006.

COLINVAUX, Dominique. *Crianças na escola: histórias de Adultos*. In: LOPES, Jader J. M; MELLO, Marisol B. (Orgs). O jeito de que nós crianças pensamos sobre certas coisas. Rio de Janeiro: Rovel, 2009. p. 43-62.

DELALANDE, Julie. *Aprender entre crianças: o universo social e cultural do recreio*. In: LOPES, Jader J. M; MELLO, Marisol B. (Orgs). O jeito de que nós crianças pensamos sobre certas coisas. Rio de Janeiro: Rovel, 2009. p. 23-42.

FERREIRA, Regina Célia Frigério. *Mundo-Rua: lugar de criança*. In: LOPES, Jader J. M; SILVA, Léa S. P. (Orgs). Diálogos de Pesquisas sobre Crianças e Infâncias. Niterói: UFF, 2010. p. 151-172.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em 18 de agosto de 2011.

IBGE. Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>> Acesso em 18 de agosto de 2011.

JAMES, Adrian. Mudança de paradigmas...mudança de práticas? *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 20, n 21, p. 46-59, dezembro. 2009.

JAMES, Allison (2008). Conceitos de infância, criança e agência: a construção de hospitais infantis na Inglaterra como estudo de caso. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 20, n 21, p. 31-45, dezembro. 2009.

KENSKI, Vani Moreira. *Múltiplas linguagens na escola*. In: Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender (ENDIPE). Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 123-140.

KUPFER, Maria C. M. *Amor e saber: a psicanálise da relação entre professor e aluno*. In: COHEN, Ruth H. P (Org). *Psicanalistas e Educadores*. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009. p. 19-31.

LIMA, Samarone. *Saúde na Escola: tempo de crescer*. Recife: UNICEF, 2004.

LOPES, Jader Janer Moreira. *Cartografia com crianças: Atlas da creche UFF*. In: _____; SILVA, Léa S. P. (Orgs). *Diálogos de Pesquisas sobre Crianças e Infâncias*. Niterói: UFF, 2010. p. 211-226.

_____. A Criança e sua condição geográfica. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 20, n.21, p. 109- 122, dezembro, 2009a.

_____. *O ser e estar no mundo: a criança e sua experiência espacial*. In: _____; MELLO, Marisol B. (Orgs) *O jeito de que nós crianças pensamos sobre certas coisas*. Rio de Janeiro: Rovellet, 2009b. p. 119-132.

_____; VASCONCELOS, Tânia. Geografia da infância: territorialidades infantis. *Currículo sem fronteiras*. v.6, n.1, p. 103-127, Jan/Jun. 2006.

PRESTES, Zoia Ribeiro. *Quando não é quase a mesma coisa: análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil*. 2010. Tese de Doutorado em Educação - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Brasília, Brasília. 2010.

RANGEL, Mary. *Das dimensões da representação do “bom professor” às dimensões do processo de ensino-aprendizagem*. In: _____; TEVES, Nilda (Orgs) *Representação Social e Educação*. Campinas: Papirus, 1999. p. 47-77.

RIZZINI, Irene; BUTLER, Udi M; CALDEIRA, Paula; MARTINS, Aline. *Vida nas ruas*. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Loyola, Terra dês hommes, CIESPI, 2003.

SANTOS, Julio M F. *Dimensões e diálogos de exclusão: um caminho para a inclusão*. In: SANTOS, Mônica P; PAULINO, Marcos M (Orgs). *Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2008. p.17-29.

SARMENTO, Manuel Jacinto (2008). Estudos da Infância e sociedade contemporânea: desafios conceptuais. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 20, n 21, p. 15-30, dezembro. 2009.

SERAFIM, Oziléa C. G. *A educação e seus impasses na contemporaneidade*. In: COHEN, Ruth H. P (Org). *Psicanalistas e educadores*. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009. p.139-160.

SILVA, Maria I. R. *As representações sociais do professor de matemática sobre o aluno da escola pública*. 2004. Dissertação de Mestrado em Educação – Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2004.

SILVA, Marília, T. G. *Relação entre formação e prática pedagógica de matemática: do professor do curso de magistério ao professor das séries iniciais do ensino fundamental*. 2000. Dissertação de Mestrado em Educação – Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2000.

VASCONCELOS, Vera. *Uma visão prospectiva de desenvolvimento em que e o presente esta sempre recriando o passado*. In COLINVAUX, Dominique; LEITE, Luci,

B; DELL'AGLIO, Débora, D. (Orgs). *Psicologia do desenvolvimento: reflexões e práticas atuais*. Casa do Psicólogo: São Paulo, 2006. p. 63-89.

VASCONCELOS, Tânia. *Infância e narrativa*. In: _____(Org). *Reflexões sobre Infância e Cultura*. Niterói: Eduff, 2008. p. 93-126.

VIGOTSKI, Lev *Semionovitch (1933)*. A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. Tradução de Zoia Ribeiro Prestes. *Revista virtual de gestão de iniciativas sociais*. n 11, p. 23-36, Junho. 2008.

_____. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. Tradução de Márcia Pileggi Vinha. *Psicologia USP*. V 27, n 4, p. 681-701. 2010.

YANTZI, Nicole. M; YOUNG, Nancy.L; MCKEEVER, Patricia. The suitability of school playgrounds for physically disabled children. *Children's Geographies*. Vol 8, N° 1, p. 65-78, February.2010.